

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	9
APRESENTAÇÃO	11
APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO	13
NOTA DO AUTOR	15
INTRODUÇÃO	57
1. Conceito e Origens do Direito Constitucional	57
2. Natureza jurídica do Direito Constitucional	58
3. Objeto e Classificação do Direito Constitucional	58
4. Fontes do Direito Constitucional	59

TÍTULO I

TEORIA DA CONSTITUIÇÃO

CAPÍTULO I - CONSTITUIÇÃO	63
1. Conceito e características	63
2. Origens	65
3. Concepções tradicionais da Constituição	66
3.1. Concepção sociológica da Constituição	66
3.2. Concepção política da Constituição	66
3.3. Concepção jurídica da Constituição	67
3.4. Concepção cultural da Constituição	68
4. Conteúdo da Constituição	68
5. Classificação das Constituições	69

5.1.	Quanto ao conteúdo	70
5.2.	Quanto à forma	70
5.3.	Quanto à sistemática	71
5.4.	Quanto ao modo de elaboração	72
5.5.	Quanto à origem	72
5.6.	Quanto à estabilidade	73
5.7.	Quanto à extensão	74
5.8.	Quanto à ideologia	75
5.9.	Quanto à função (ou finalidade)	75
5.10.	Quanto à origem da decretação	76
5.11.	Quanto à correspondência com a realidade (critério ontológico)	76
5.12.	Classificação da Constituição de 1988 na doutrina majoritária	78
6.	A Constituição e o seu papel	78
6.1.	Constituição-lei	78
6.2.	Constituição-fundamento (Constituição-total)	78
6.3.	Constituição-moldura	79
6.4.	Constituição dúctil (Constituição suave)	79
7.	Concepções Contemporâneas da Constituição	79
7.1.	A Constituição Dirigente de J.J. Gomes Canotilho	79
7.2.	A Constituição como ordem jurídica fundamental, material e aberta de Konrad Hesse	80
7.3.	A Constituição como processo público de Peter Häberle	81
7.4.	A Constituição como Acoplamento Estrutural entre os sistemas político e jurídico de Niklas Luhmann	82
7.5.	A Constituição Simbólica de Marcelo Neves	82
7.6.	A Constituição do Estado Democrático de Direito na teoria discursiva do direito de Jürgen Habermas	84
8.	Estrutura das Constituições	86
8.1.	Preâmbulo	86
8.2.	Parte Dogmática	87
8.3.	Disposições Transitórias	87
9.	Elementos das Constituições	88
10.	Quadro Sinóptico	89
CAPÍTULO II – CONSTITUCIONALISMO		99
1.	Conceito	99
2.	Origem	99
3.	Constitucionalismo Antigo	100

4. Constitucionalismo Medieval	101
5. Constitucionalismo Moderno	104
5.1. Constitucionalismo Liberal e Constitucionalismo Social	105
6. Neoconstitucionalismo (ou constitucionalismo contemporâneo)	107
6.1. Neoconstitucionalismo e constitucionalização do direito	111
7. Constitucionalismo globalizado	112
8. O (novo) constitucionalismo plurinacional da América Latina	113
9. Constitucionalismo do Futuro	114
10. Transconstitucionalismo	115
11. Constitucionalismo Popular	117
12. Constitucionalismo Democrático	118
13. Constitucionalismo Autoritário	119
14. Constitucionalismo Abusivo	120
15. Constitucionalismo Termidoriano (ou Girondino) e Constitucionalismo Whig	122
16. Constitucionalismo digital	123
17. Quadro Sinóptico	124
CAPÍTULO III – PODER CONSTITUINTE	131
1. Conceito e Origem	131
2. Espécies	131
3. Poder Constituinte Originário	132
3.1. Natureza	132
3.2. Titularidade	133
3.3. Formas de Expressão/Exercício	134
3.4. Classificação	135
3.5. Características	135
3.6. Poder Constituinte Originário e Direitos Adquiridos	137
4. Poder Constituinte Derivado	138
4.1. Características	138
4.2. Espécies	138
5. Poder Constituinte Reformador	139
5.1. Limites Expressos	139
5.1.1. Limites Temporais	140

5.1.2.	Limites Circunstanciais	140
5.1.3.	Limites Formais	141
5.1.4.	Limites Materiais	142
5.2.	Limites Implícitos	148
5.3.	Normas Constitucionais Inconstitucionais?	149
5.4.	Poder Constituinte Reformador e Direitos Adquiridos	149
6.	Poder Constituinte Revisor	150
7.	Poder Constituinte Decorrente	151
7.1.	Características	151
7.2.	Limites ao Poder Constituinte Decorrente: princípio da simetria, normas de observância obrigatória e normas de reprodução obrigatória	151
7.3.	Nos Estados-Membros	153
7.4.	No Distrito Federal?	154
7.5.	Nos Municípios?	154
7.6.	Nos Territórios Federais?	155
8.	Poder Constituinte Supranacional	156
9.	Poder Constituinte e Patriotismo Constitucional	156
10.	<i>Crowdsourced Constitution</i>	158
11.	Mutação Constitucional (Poder Constituinte Difuso)	158
12.	Hiato Constitucional	164
13.	Quadro Sinóptico	165

CAPÍTULO IV - DIREITO CONSTITUCIONAL INTERTEMPORAL 175

1.	A entrada em vigor de uma Constituição Nova	175
1.1	<i>Vacatio Constitutionis</i>	175
2.	Revogação da Constituição Anterior	176
3.	Recepção	176
3.1.	Recepção e inconstitucionalidade superveniente das normas infraconstitucionais	177
3.2.	Recepção e Ações de Controle de Constitucionalidade	178
3.3.	Recepção e alteração da distribuição de competências dos entes federativos	178
3.4.	Recepção e Poder Constituinte Reformador	179
3.5.	Recepção de lei anteriormente inconstitucional não declarada inválida	179

3.6.	Recepção total e parcial	180
3.7.	Efeitos da decisão do STF que declara a recepção ou a não recepção	180
3.8.	Recepção provisória de lei considerada “ainda” constitucional: não recepção por inconstitucionalidade progressiva	180
3.9.	Requisitos para a recepção das normas infraconstitucionais no direito brasileiro	181
4.	Repristinação	181
4.1.	Repristinação legal	181
4.2.	Repristinação constitucional	182
4.3.	Efeito repristinatório no direito constitucional	182
5.	Desconstitucionalização	183
6.	Recepção Material de Normas Constitucionais	184
7.	Constitucionalidade Superveniente	185
8.	Usucapião de Constitucionalidade	186
9.	Quadro Sinóptico	186
CAPÍTULO V – NORMAS CONSTITUCIONAIS		191
1.	A Constituição como sistema aberto de regras e princípios	191
2.	A concepção da norma jurídica de Ronald Dworkin: conceito, espécies, aplicação e conflitos	192
3.	A concepção da norma jurídica de Robert Alexy: conceito, espécies, aplicação e conflitos	194
4.	Os principais critérios de diferenciação entre princípios e regras no direito contemporâneo	198
5.	Os princípios Constitucionais	199
5.1.	As concepções tradicionais de princípios	200
5.2.	As concepções contemporâneas de princípios	201
5.3.	As principais funções dos princípios no sistema jurídico	202
5.4.	Classificação dos princípios	203
5.4.1.	Classificação dos princípios constitucionais	206
5.5.	O pamprincipiologismo	207
6.	Classificações das normas constitucionais	209
6.1.	Esclarecimentos terminológicos: existência, vigência, vigor, validade, eficácia, efetividade e aplicabilidade	209
6.2.	Bases históricas: teoria americana e teoria italiana	210

6.3.	A classificação das normas constitucionais de José Afonso da Silva	211
6.4.	A classificação das normas constitucionais de Carlos Ayres Britto e Celso Ribeiro Bastos	213
6.5.	A classificação das normas constitucionais de Maria Helena Diniz	214
6.6.	A classificação das normas constitucionais de Luís Roberto Barroso	214
6.7.	A classificação das normas constitucionais de Uadi Lammêgo Bulos: normas constitucionais de eficácia exaurida	215
6.8.	Críticas às classificações das normas constitucionais	215
6.9.	Eficácia jurídica das normas constitucionais programáticas	216
7.	Retroatividade das normas constitucionais: retroatividade máxima, média e mínima	218
7.1.	Retroatividade autêntica e inautêntica (ou retrospectividade)	219
8.	Quadro Sinóptico	220

CAPÍTULO VI - HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL 227

1.	Noções de hermenêutica jurídica: interpretação, aplicação, integração e construção ..	227
1.1.	O texto e a norma	230
1.2.	A relação entre Interpretação e Aplicação	231
1.3.	Os Métodos Clássicos da Interpretação Jurídica	231
1.4.	A classificação da interpretação quanto aos seus efeitos	232
2.	Interpretação Constitucional	232
2.1.	Princípios de Interpretação e Aplicação da Constituição	233
2.1.1.	Supremacia da Constituição	233
2.1.2.	Presunção de Constitucionalidade das leis	233
2.1.3.	Interpretação conforme à Constituição	233
2.1.4.	Unidade da Constituição	234
2.1.5.	Razoabilidade ou proporcionalidade	234
2.1.6.	Máxima Efetividade das Normas Constitucionais	235
2.1.7.	Efeito Integrador	236
2.1.8.	Concordância Prática (ou harmonização)	236
2.1.9.	Conformidade funcional (exatidão funcional/correção funcional/"justeza")	236
2.2.	Métodos de Interpretação Constitucional	236
2.2.1.	Método Jurídico (hermenêutico clássico)	237
2.2.2.	Método tópico-problemático	237
2.2.3.	Método hermenêutico-concretizador	238
2.2.4.	Método científico-espiritual (valorativo/sociológico)	238

2.2.5.	Método normativo-estruturante	238
2.2.6.	Método comparativo	240
3.	Aplicação Constitucional	240
4.	Integração Constitucional	242
4.1	Integração Normativa da Constituição	244
4.2	Silêncio Eloquente	244
5.	Construção Constitucional	245
6.	Temas Avançados de Hermenêutica em Jurisdição Constitucional: técnicas decisórias	248
6.1.	Interpretação conforme a Constituição	248
6.2.	Declaração de inconstitucionalidade parcial sem redução de texto	249
6.3.	Declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade	249
6.4.	Declaração de constitucionalidade de lei “ainda” constitucional (inconstitucionalidade progressiva)	250
6.5.	Sentenças Intermediárias	250
6.5.1.	Sentenças (Intermediárias) Normativas: sentenças interpretativas; sentenças aditivas; sentenças aditivas de princípio; e sentenças substitutivas	251
6.5.2.	Sentenças (Intermediárias) Transitivas/Transacionais: sentenças de inconstitucionalidade sem efeito ablativo; sentenças de inconstitucionalidade com ablação diferida; sentenças de apelo (apelativas); sentenças de aviso	252
7.	Estado de Coisas Inconstitucional	253
8.	Teorias avançadas de hermenêutica em jurisdição constitucional: legitimidade, ativismo, democracia, técnica, controle das decisões e a “resposta correta”	255
8.1	As correntes interpretativistas e não interpretativistas no direito estadunidense	255
8.2	Teoria Originalista e Não Originalista: mens legislatoris x mens legis	256
8.3.	A interpretação constitucional e a sociedade aberta dos intérpretes da Constituição de Peter Häberle	256
8.4.	A hermenêutica constitucional garantidora dos procedimentos democráticos de John Hart Ely	257
8.5.	A hermenêutica constitucional minimalista (minimalismo judicial) e as personas constitucionais de Cass Sunstein	258
8.6.	A hermenêutica constitucional na teoria do direito como integridade de Ronald Dworkin	260
8.7.	Judicialização da Política e Ativismo Judicial: <i>judicial review</i> , erosão constitucional, função contramajoritária e legitimidade democrática	262

8.7.1.	Quem tem a última palavra sobre a Constituição? Judicial Supremacy, Judicial Sovereignty, Parliamentary Sovereignty e o diálogo constitucional (última palavra provisória)	266
8.7.2	Judicialização da Política e efeito backlash	267
8.7.3	Judicialização da Política e reversão legislativa da jurisprudência	267
8.7.4	Judicialização da Política e a chamada “doutrina Chenery”	268
8.7.5	Judicialização da Política e a chamada “doutrina Chevron”	269
8.7.6	Desacordo Moral Razoável e Judicialização da Política	270
9.	Quadro Sinóptico	271

CAPÍTULO VII – HISTÓRICO DAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS 281

1.	A Constituição de 1824	281
2.	A Constituição de 1891	282
3.	A Constituição de 1934	283
4.	A Constituição de 1937	284
5.	A Constituição de 1946	286
6.	A Constituição de 1967	287
7.	A Constituição de 1969 (Emenda Constitucional N° 1, de 1969)	288
8.	A Constituição de 1988	289
9.	Quadro Sinóptico	290

TÍTULO II

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO VIII – PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS 295

1.	Princípios Fundamentais	295
2.	Princípios Estruturantes	295
2.1.	Princípio Republicano	296
2.2.	Princípio Federalista	296
2.3.	Princípio do Estado Democrático de Direito	297
2.4.	Soberania Popular	299
2.5.	Separação dos poderes	300
3.	Os fundamentos da República Federativa do Brasil	301
3.1.	Soberania	302

3.2.	Cidadania	302
3.3.	O princípio da dignidade da pessoa humana	303
3.3.1.	Os marcos fundamentais da dignidade da pessoa humana	304
3.3.2.	As principais dimensões da dignidade da pessoa humana	307
3.3.3.	O princípio fundamental da dignidade da pessoa humana e os direitos fundamentais na Constituição de 1988	310
3.4.	Valores Sociais do Trabalho e Livre Iniciativa	313
3.5.	Pluralismo Político	314
4.	Os objetivos da República Federativa do Brasil	315
5.	Princípios regentes das relações internacionais	317
6.	Quadro Sinóptico	321

TÍTULO III

DIREITOS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO IX - TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	325
1. Introdução	325
2. Delimitação conceitual	325
3. Antecedentes históricos e evolução dos direitos fundamentais	328
3.1. As gerações dos direitos fundamentais	330
4. Características dos direitos fundamentais	334
4.1. Relatividade	334
4.2. Imprescritibilidade e Inaducabilidade	336
4.3. Inalienabilidade (indisponibilidade ou intransmissibilidade)	336
4.4. Irrenunciabilidade	336
4.5. Personalidade	337
4.6. Vitaliciedade	337
4.7. Inviolabilidade	337
4.8. Universalidade: planos, universalidade de chegada e de saída, cosmopolitismo	337
4.9. Efetividade	339
4.10. Interdependência e Complementaridade	339
4.11. Historicidade	340
4.12. Vinculação dos Poderes Públicos	340
4.13. Aplicabilidade Imediata	340

4.14. Cláusulas pétreas	340
5. Os quatro <i>status</i> de George Jellinek	341
6. As funções dos direitos fundamentais	342
7. As dimensões subjetiva e objetiva dos direitos fundamentais	344
8. Fundamentos dos Direitos Fundamentais	344
9. A cláusula de abertura material dos direitos fundamentais (§ 2º, do art. 5º) e os direitos fundamentais atípicos	346
9.1. As fontes dos direitos fundamentais atípicos	347
9.2. Possibilidades constitucionais de identificação e construção dos direitos fundamentais atípicos	348
10. O § 3º, do art. 5º e a hierarquia dos tratados internacionais de direitos humanos	351
10.1. O conceito de bloco de constitucionalidade	354
10.2. Tratados Internacionais aprovados nos termos do § 3º, do art. 5º, da CF/88	355
11. O § 4º, do art. 5º e a submissão do Brasil ao Tribunal Penal Internacional	355
11.1. Princípios do Tribunal Penal Internacional	355
11.2. Competência do Tribunal Penal Internacional	356
11.3. A Entrega	357
12. O § 1º, do art. 5º: aplicabilidade imediata dos direitos fundamentais	358
12.1. Eficácia Vinculante, Eficácia Irradiante e Eficácia Processual dos direitos fundamentais	359
13. A eficácia horizontal dos direitos fundamentais (ou os direitos fundamentais nas relações privadas)	360
13.1. A eficácia diagonal dos direitos fundamentais	362
13.2. A eficácia vertical com repercussão lateral dos direitos fundamentais	362
14. Os titulares dos direitos fundamentais	363
14.1. Titulares e destinatários dos direitos fundamentais	363
14.2. A pessoa humana como titular dos direitos fundamentais na CF/88: brasileiros (natos e naturalizados) e estrangeiros (residentes e não residentes)	363
14.2.1 Direitos Fundamentais dos Nascituros?	365
14.2.2 Direitos fundamentais dos Mortos?	367
14.3. Direitos fundamentais de pessoas jurídicas?	368
14.4. Direitos fundamentais de pessoas jurídicas de direito público?	368
14.4.1. Direitos fundamentais de pessoas jurídicas de direito público contra particulares?	369
14.5. Direitos fundamentais dos animais?	370

15. Suporte fático dos direitos fundamentais	372
15.1. Elementos do suporte fático	372
15.2. Espécies (teorias) de suporte fático	374
16. Conteúdo Essencial	375
17. Restrição aos direitos fundamentais	377
17.1. Os limites (ou restrições) aos direitos fundamentais	377
17.2. Formas de limitação (restrição) dos direitos fundamentais	379
17.3. Os limites dos limites dos direitos fundamentais	381
18. Colisões entre direitos fundamentais e ponderação de princípios	383
18.1. Críticas ao uso da ponderação de princípios e da regra da proporcionalidade na hermenêutica dos direitos fundamentais	384
19. Direitos fundamentais e reforma constitucional	385
20. Deveres Fundamentais	387
20.1. Tipologia dos deveres fundamentais	387
21. Quadro Sinóptico	388

CAPÍTULO X - DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS 403

1. Direitos e Garantias	403
2. Direitos Individuais e Direitos Transindividuais (difusos e coletivos)	403
3. Direito à vida	404
3.1. O direito à vida pode ser restringido?	405
3.2. O nascituro possui direito a vida?	405
3.3. Direito ao aborto?	406
3.3.1. O aborto e o início da vida humana	406
3.3.2. A evolução jurisprudencial no STF acerca do aborto durante a vigência da CF/88	407
3.3.3. Direito fundamental ao aborto	408
3.4. Direito à morte digna? Eutanásia e Suicídio Assistido	410
3.5. Vedação à tortura e a tratamentos desumanos ou degradantes	412
3.5.1. A proibição da tortura é direito absoluto? O cenário da bomba relógio	413
3.5.2. O uso de algemas como tratamento degradante	414
3.6. Direito à integridade física e psíquica	414
3.6.1. Disposição do próprio corpo em vida e após a morte: transplantes ...	414
3.6.2. Tatuagens, piercings, implantes corporais, cirurgias plásticas, suspensão corporal e demais transformações corporais	415

3.6.3.	Transgenitalização: cirurgia de redesignação sexual ou (re)adequação sexual	416
4.	Direito à liberdade	417
4.1.	Liberdade de ação	419
4.2.	Liberdade de expressão e de manifestação do pensamento	419
4.2.1.	A vedação ao anonimato na manifestação do pensamento	420
4.2.2.	O direito de resposta	420
4.2.3.	A criminalização da manifestação abusiva do pensamento	421
4.2.4.	Discurso de ódio e liberdade de expressão	422
4.2.5.	A vedação da censura e a desnecessidade de licença para a manifestação do pensamento	423
4.2.6.	Biografias não autorizadas e liberdade de expressão	424
4.2.7.	Mensagens falsas e liberdade de expressão e de informação	424
4.2.8.	Charges políticas, humor durante o processo eleitoral e a liberdade de expressão	425
4.2.9.	As limitações à liberdade de expressão da Lei Geral da Copa	425
4.2.10.	Dossiês contra agentes públicos que aderiram ao movimento antifascista	426
4.2.11.	Liberdade de expressão e restrição à difusão de produto audiovisual em plataforma de "streaming" – o caso "Especial de Natal Porta dos Fundos: A Primeira Tentação de Cristo"	426
4.2.12.	Liberdade de expressão, humor e racismo recreativo	427
4.3.	Liberdade de consciência, de crença e de culto	428
4.3.1.	Liberdade de consciência	429
4.3.2.	Liberdade de crença e de culto	429
4.3.3.	Escusa de consciência	430
4.3.4.	O direito à prestação de assistência religiosa	432
4.3.5.	Imunidade tributária religiosa	432
4.3.6.	Ensino religioso nas escolas	432
4.3.7.	Feriados religiosos	433
4.3.8.	Casamento perante autoridades religiosas	434
4.3.9.	Curandeirismo	434
4.3.10.	Símbolos religiosos em repartições públicas	434
4.3.11.	Guarda sabática e designação de datas diversas para realização de provas de concurso público	434
4.3.12.	A expressão "sob a proteção de Deus" no preâmbulo da Constituição	435
4.3.13.	A expressão "Deus seja louvado" nas cédulas de Real	435

4.3.14.	Recusa de transfusão sanguínea por testemunhas de Jeová	436
4.3.15.	Sacrifício de animais em cerimônias religiosas	438
4.3.16.	Proselitismo religioso e discurso de ódio	438
4.3.17.	Limitações aos cultos presenciais durante a pandemia da CO-VID-19	440
4.4.	Liberdade de exercício profissional	441
4.5.	Liberdade de informação	442
4.5.1.	Liberdade de informação jornalística	444
4.6.	Liberdade de locomoção	445
4.6.1.	Cobrança de pedágios em rodovias e vias públicas	446
4.6.2.	Condução Coercitiva de investigados e réus	446
4.6.3.	Restrições à liberdade de locomoção durante a pandemia da CO-VID-19: <i>lockdown</i> e toque de recolher	447
4.6.4.	Passaporte sanitário (ou da vacina)	448
4.7.	Liberdade de reunião	449
4.7.1.	Marcha da Maconha	451
4.8.	Liberdade de associação	452
5.	Direito à Igualdade	454
5.1.	Direito Antidiscriminatório	458
5.1.1.	Preconceito Racial, Discriminação Racial, Racismo e Intolerância	460
5.1.2.	Normas de Direito Antidiscriminatório	462
5.2.	Igualdade entre homens e mulheres	463
5.3.	Igualdade e critérios de admissão em concurso público	464
5.4.	Igualdade e Ações Afirmativas	466
5.5.	Igualdade e direitos da comunidade LGBTQI+	468
5.5.1.	O reconhecimento das famílias LGBTQI+: união civil, adoção, direitos sucessórios e outros	470
5.5.2.	Identidade de gênero e os direitos das pessoas transexuais, travestis e demais pessoas transgênero: direito à identidade, nome, afirmação de gênero, cirurgia de (re)adequação sexual e outros	471
5.5.3.	Educação e linguagem de gênero (linguagem neutra ou inclusiva) ...	473
6.	Direito à segurança	473
6.1.	Segurança Jurídica	475
6.2.	Garantias fundamentais relacionadas à segurança jurídica	477
6.2.1.	Princípio da legalidade	477
6.2.2.	Limites à retroatividade da lei	478
6.2.2.1.	Direito adquirido	479

6.2.2.2.	Ato jurídico perfeito	480
6.2.2.3.	Coisa julgada	480
6.3	Direito à Segurança Pessoal e Porte de Armas de Fogo: Existe um direito fundamental à posse ou porte de armas?	482
7.	Direito à propriedade	482
7.1.	Função social da propriedade	483
7.2.	Intervenção do Estado na propriedade privada	483
7.2.1.	Intervenção supressiva: desapropriação	483
7.2.2.	Intervenções restritivas	484
7.3.	A impenhorabilidade da pequena propriedade rural familiar	485
7.4.	Propriedade Intelectual	485
7.5.	Direito à herança	486
8.	Direito à privacidade	486
8.2.	Direito à vida privada	487
8.3.	Direito à honra	487
8.4.	Direito à imagem	488
8.5.	Restrições ao direito à privacidade	488
8.6.	Direito ao esquecimento	489
8.7.	Inviolabilidade do domicílio	491
8.8.	Sigilos pessoais	494
8.8.1.	Sigilo de correspondência	494
8.8.2.	Sigilo de dados	495
8.8.2.1.	Sigilo de dados bancários	496
8.8.2.2.	Sigilo de dados fiscais	497
8.8.2.3.	Sigilo de dados telefônicos	498
8.8.2.4.	Sigilo de dados telemáticos (informáticos)	499
8.8.3.	Sigilo das comunicações	500
8.8.3.1.	Sigilo das comunicações telegráficas	500
8.8.3.2.	Sigilo das comunicações telefônicas	501
8.8.3.3.	Sigilo das comunicações telemáticas (informáticas)	502
8.8.3.3.1.	Compartilhamento e divulgação de conversas telemáticas (conversas por SMS, WhatsApp e outros aplicativos de conversa ou chamada)	503
8.8.4.	Gravação clandestina	504
8.9	Direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais	504
8.9.1.	Os provedores de internet são obrigados a guardar os dados pessoais de seus usuários?	506

8.9.2. Compartilhamento de dados pessoais no âmbito da Administração Pública Federal	506
9. Defesa do Consumidor	507
10. Direito de petição e obtenção de certidões	507
11. Gratuidade das certidões de nascimento e de óbito	508
12. Direitos e garantias fundamentais processuais	509
12.1. Devido processo legal	509
12.2. Contraditório	510
12.3. Ampla Defesa	511
12.4. Acesso à Justiça	512
12.5. Duplo grau de jurisdição	514
12.6. Publicidade	515
12.7. Motivação	516
12.8. Juiz natural, independente e imparcial	517
12.9. Inadmissibilidade das provas ilícitas	519
12.10. Duração razoável do processo	520
13. Direitos e garantias fundamentais penais	521
13.1. Tribunal do Júri	521
13.2. Da legalidade e anterioridade da lei penal	524
13.3. Da irretroatividade da lei penal	525
13.4. Da criminalização do racismo	526
13.4.1. A criminalização da homotransfobia	526
13.5. Dos crimes inafiançáveis e insusceptíveis de graça ou anistia	528
13.6. Da criminalização da ação de grupos armados contra a ordem constitucional democrática	529
13.7. Da individualização da pena e responsabilidade do condenado	530
13.8. Das penas vedadas	532
13.9. Do respeito à integridade física e moral dos presos	533
13.10. Do direito à amamentação dos filhos das presidiárias	534
13.11. Princípio da não-extradição	534
13.12. Princípio da presunção de inocência	536
13.13. Do direito de não ser submetido à identificação criminal	537
13.14. Do direito a promoção da ação penal privada subsidiária da pública	538
13.15. Dos direitos e garantias do preso	538
13.15.1. Exame de DNA forçado e exame de DNA obrigatório: restrições aos direitos de não autoincriminação e à integridade física e moral	540

13.16. Da vedação da prisão civil	542
13.17. Responsabilidade do Estado por erro judiciário e por manter pessoa presa além do tempo da sentença	543
13.18. Princípio da alteridade e a aquisição e o cultivo de plantas ou substâncias psicotrópicas para uso recreativo e fins terapêuticos	543
13.19. Princípio da intervenção penal mínima e a inconstitucionalidade das contravenções penais	545
14. Quadro Sinóptico	546

CAPÍTULO XI – DIREITOS SOCIAIS 561

1. Conceito	561
2. Notas históricas	561
3. Características	562
4. O Mínimo Existencial	563
5. A Reserva do Possível	563
5.1. Teoria das escolhas trágicas	566
6. O princípio da observância do núcleo essencial dos direitos fundamentais sociais	566
7. O princípio da utilização do máximo dos recursos possíveis	567
8. O princípio da implementação progressiva	567
9. O princípio da proibição de retrocesso social	567
10. Classificação dos direitos sociais	568
11. Direitos sociais em espécie	568
11.1. Direto à educação	569
11.2. Direto à saúde	569
11.3. Direto à alimentação	570
11.4. Direto ao trabalho	570
11.5. Direto à moradia	571
11.6. Direto ao transporte	571
11.7. Direto ao lazer	572
11.8. Direto à segurança	572
11.9. Direto à previdência social	573
11.10. Direto à proteção à maternidade e à infância	573
11.11. Direto à assistência aos desamparados	574
11.12. Direito à renda básica familiar	574
12. Direitos do trabalhador	575

12.1. Direitos fundamentais individuais do trabalhador	576
12.2. Direitos fundamentais coletivos do trabalhador	580
12.2.1. Direito de associação profissional ou sindical	580
12.2.2. Direito de greve	581
12.2.3. Direito de participação	582
12.2.4. Direito de representação classista	582
13. Metodologia <i>Fuzzy</i> e Camaleões Normativos na abordagem jurídica dos direitos sociais	583
14. Quadro Sinóptico	584
CAPÍTULO XII - DIREITOS DE NACIONALIDADE	587
1. Conceitos fundamentais	587
2. Espécies de nacionalidade	588
3. Critérios para aquisição da nacionalidade primária	588
4. Critérios para aquisição da nacionalidade secundária	588
5. O polipátrida e o apátrida	589
6. Os brasileiros natos	589
7. Os brasileiros naturalizados	592
8. O português equiparado (quase nacionalidade)	594
9. Distinções entre brasileiros natos e naturalizados	594
10. Perda da nacionalidade	596
11. Medidas de Cooperação	598
11.1. Extradicação	599
11.2. Transferência de Execução da Pena	601
11.3. Transferência de Pessoa Condenada	602
12. Medidas de retirada compulsória	602
12.1. Expulsão	603
12.2. Deportação	604
12.3. Repatriação	605
13. Direito de permanecer no Brasil	606
13.1. Asilo político	607
13.2. Refúgio	608
14. A língua e os símbolos nacionais	609
15. Supranacionalidade	610

16. Quadro Sinóptico	610
----------------------------	-----

CAPÍTULO XIII – DIREITOS POLÍTICOS 617

1. Conceito	617
2. Classificação dos direitos políticos	617
3. Direitos Políticos Positivos	617
3.1. Direito de sufrágio	618
3.1.1. Espécies de sufrágio	618
3.1.2. O voto	619
3.1.3. Alistabilidade (ou capacidade eleitoral ativa)	620
3.1.4. Elegibilidade (ou capacidade eleitoral passiva)	622
3.1.5. Sistemas eleitorais	623
3.2. Plebiscito	625
3.3. Referendo	626
3.4. Consultas Populares durante as eleições municipais	627
3.5. Iniciativa popular de lei	627
3.6. Ação Popular	628
3.7. Direito de organização e participação em partidos políticos	628
4. Direitos Políticos Negativos	628
4.1. Inelegibilidades	628
4.1.1. Inelegibilidade absoluta	628
4.1.2. Inelegibilidade relativa	629
4.1.2.1. Inelegibilidade relativa em razão da função	629
4.1.2.2. Inelegibilidade relativa em razão do parentesco (Inelegibilidade reflexa)	631
4.1.2.3. Inelegibilidade relativa legal	633
4.1.3. O militar e a (in)elegibilidade	635
4.1.4. Inelegibilidades impostas a ocupantes de certos cargos públicos	635
4.2. Perda dos direitos políticos	636
4.3. Suspensão dos direitos políticos	636
5. Ação de Impugnação de Mandato Eletivo	638
6. Princípio da Anterioridade (ou Anualidade) Eleitoral	639
7. Partidos Políticos	640
7.1. Conceito	640
7.2. Natureza jurídica e requisitos para criação	640

7.3.	Liberdade e Autonomia Partidária	641
7.3.1	Coligações partidárias	642
7.3.2	(In)fidelidade partidária	642
7.4.	Direito aos recursos do fundo partidário, direito de antena (acesso ao rádio e à televisão) e a cláusula de barreira	643
7.5.	Financiamento de campanha	644
7.6.	Federações de Partidos Políticos	646
8.	Ações Afirmativas e Eleições: medidas para assegurar a representatividade das minorias	648
8.1.	Ações Afirmativas relativas às mulheres	649
8.2.	Ações Afirmativas relativas aos negros	651
9.	Quadro Sinóptico	652

TÍTULO IV

ORGANIZAÇÃO DO ESTADO E DOS PODERES

CAPÍTULO XIV – ORGANIZAÇÃO DO ESTADO	661
1. Introdução	661
1.1. Conceito de Estado	661
1.2 Estado x Nação	661
1.3 Elementos constitutivos do Estado	662
2. Formas de estado, formas de governo, sistemas de governo e regimes de governo	663
2.1 Formas de Estado	663
2.1.1. Estado Unitário	663
2.1.2. Estado Regional	664
2.1.3. Estado Autônomo	664
2.1.4. Estado Federal	664
2.1.5. Confederação	665
2.2 Formas de Governo	666
2.2.1 Classificação de Aristóteles	666
2.2.2 Classificação de Maquiavel	666
2.3 Sistemas de Governo	668
2.3.1 Presidencialismo	669
2.3.2 Parlamentarismo	669
2.3.3 Semipresidencialismo	670

2.3.4	Diretorialismo ou Convencionalismo	670
2.3.5	Presidencialismo de Coalizão	671
2.4	Regimes de Governo	671
2.4.1	Autocracia	671
2.4.2	Democracia	672
3.	Espécies (tipos ou modos) de Federalismo	673
3.1.	Quanto à (ou formação) do federalismo	673
3.2.	Quanto à concentração de poder	674
3.3.	Quanto à repartição de competências	674
3.4.	Quanto ao equacionamento das desigualdades	675
3.5.	Quanto às esferas integrantes da federação	675
4.	O Federalismo Brasileiro	675
4.1.	União	677
4.1.1.	A autonomia da União	677
4.1.2.	As competências da União	678
4.1.3.	Os bens da União	678
4.1.4.	Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico	679
4.2.	Estados	679
4.2.1.	A autonomia dos Estados	679
4.2.2.	As competências dos Estados	680
4.2.3.	Os bens dos Estados	680
4.2.4.	Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas e Microrregiões	680
4.3.	Municípios	681
4.3.1.	A autonomia dos Municípios	682
4.3.2.	As competências dos Municípios	682
4.3.3.	Distritos	682
4.4.	Distrito Federal	683
4.4.1.	A autonomia do Distrito Federal	683
4.4.2.	As competências do Distrito Federal	684
4.5.	Territórios Federais	684
5.	Formação de novos Estados e novos Municípios	685
5.1.	Processos de formação de novos Estados e novos Municípios	685
5.2.	Requisitos para formação de novos Estados	688
5.2.1	Normas aplicáveis após a criação de novo Estado	688
5.3.	Requisitos para formação de novos Municípios	689
6.	Vedações constitucionais aos Entes Federados	691

7.	Repartição Constitucional de Competências	693
7.1.	Conflito de competências	693
7.1.1.	Há hierarquia entre normas federais, estaduais e municipais?	694
7.1.2.	Princípios norteadores do conflito de competências	694
7.2.	Técnicas de Repartição de Competências	696
7.3.	Repartição Horizontal de Competências na CF/88	696
7.3.1.	Competências exclusivas da União	696
7.3.2.	Competências privativas da União	700
7.3.3.	Competências remanescentes (ou residual) dos Estados	709
7.3.4.	Competência legislativa dos Municípios	709
7.3.5.	Competências administrativas dos Municípios	711
7.3.6.	Competências cumulativas do Distrito Federal	713
7.4.	Repartição Vertical de Competências na CF/88	713
7.4.1.	Competências comuns	714
7.4.2.	Competências concorrentes	715
7.4.3.	Competência legislativa concorrente dos Municípios	721
7.4.4.	Conflito de competências verticais no enfrentamento à pandemia da COVID-19 causada pelo coronavírus	722
7.5.	Alteração da repartição de competências por Emenda à Constituição	725
8.	Quadro Sinóptico	726
CAPÍTULO XV – INTERVENÇÃO		733
1.	Introdução, conceito e histórico	733
2.	Princípios que regem a intervenção	734
2.1.	Princípio da Excepcionalidade	734
2.2.	Princípio da Taxatividade	734
2.3.	Princípio da Temporalidade	734
3.	Espécies de Intervenção na CF/88	734
4.	Intervenção Federal	735
4.1.	Hipóteses materiais que autorizam a intervenção	735
4.2.	Processos formais para a decretação da intervenção	737
4.2.1.	Intervenção Espontânea (de ofício)	738
4.2.2.	Intervenção Provocada por Solicitação	738
4.2.3.	Intervenção Provocada por Requisição	739
4.3.	O decreto interventivo	741

4.4.	A oitiva do Conselho da República e do Conselho da Defesa	741
4.5.	O interventor	741
4.6.	A cessação da intervenção	742
4.7.	Controle político pelo Congresso Nacional	742
4.8.	Controle judicial	742
5.	Intervenção Estadual	743
6.	Sistematização das hipóteses de intervenção (federal e estadual) com os processos de decretação	745
7.	Quadro Sinóptico	746

CAPÍTULO XVI - PODER LEGISLATIVO 751

1.	Introdução	751
2.	Atribuições	753
3.	Estrutura externa do Poder Legislativo	753
4.	Composição e Atribuições	754
4.1.	Congresso Nacional	754
4.2.	Câmara dos Deputados	756
4.3.	Senado Federal	757
4.4.	Assembleias Legislativas	759
4.5.	Câmara Legislativa do Distrito Federal	761
4.6.	Câmaras Municipais	761
5.	Estrutura interna do poder legislativo	763
5.1	Plenário	763
5.2	Mesas Diretoras	764
5.3	Comissões	766
5.3.1	Comissão representativa do Congresso Nacional	767
5.3.2	Comissão Parlamentar de Inquérito	767
5.3.2.1	Requisitos	768
5.3.2.2	Limites: normas que a CPI deve observar	769
5.3.2.3	Poderes: o que a CPI pode sem ordem judicial	770
5.3.2.4	Impedimentos: o que a CPI não pode	771
5.3.2.5	Controle judicial dos atos praticados pela CPI	773
5.3.2.6	Relatório final e conclusões das CPIs	774
5.4	Polícia	774
6	Funcionamento do Poder Legislativo	774

6.1	Legislatura	775
6.2	Sessão legislativa ordinária	775
6.3	Período Legislativo	775
6.4	Sessão preparatória	776
6.5	Sessão ordinária	776
6.6	Sessão extraordinária	777
6.7	Sessão legislativa extraordinária	777
6.8	Quóruns	777
7.	Estatuto dos Congressistas	779
7.1.	Imunidades	779
7.1.1.	Imunidade Material	780
7.1.2.	Imunidade Formal em relação à prisão	785
7.1.2.1.	Medidas cautelares diversas da prisão	788
7.1.3.	Imunidade Formal em relação ao processo	788
7.1.4.	Imunidade Testemunhal	791
7.1.5.	Imunidades dos demais membros do Poder Legislativo	791
7.2.	Foro por prerrogativa de função	792
7.2.1.	Foro por prerrogativa de função dos parlamentares federais	793
7.2.2.	Foro por prerrogativa de função dos parlamentares estaduais e distritais	795
7.2.3.	Foro por prerrogativa de função dos parlamentares municipais	796
7.3.	Incompatibilidades	797
7.4.	Perda de Mandato	798
7.4.1.	Cassação do Mandato	798
7.4.2.	Extinção do Mandato	801
7.4.3.	Hipóteses que não ensejam a perda de mandato	802
7.5.	Sistematização das competências para decidir sobre a perda de mandato e para julgamento de crimes comuns	803
8.	Fiscalização contábil, Financeira e Orçamentária	803
8.1.	Sistema Interno de Controle	803
8.2.	Sistema Externo de Controle	804
8.3.	Tribunal de Contas da União (TCU)	804
8.3.1.	Composição do TCU	804
8.3.2.	Garantias dos Ministros do TCU	805
8.3.3.	Atribuições do TCU	806
8.3.4.	Rejeição de contas e inelegibilidade	810

8.3.5. Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União	811
8.4. Tribunal de Contas dos Estados e do Distrito Federal	812
8.5. Fiscalização das Contas Municipais	813
9. Quadro Sinóptico	816

CAPÍTULO XVII – PROCESSO LEGISLATIVO 825

1. Conceito	825
2. Espécies normativas primárias	825
3. Classificação do processo legislativo	826
3.1. Processo Legislativo Remoto	827
4. Fases do processo legislativo	827
5. Processo Legislativo Ordinário	828
5.1. Fase Introdutória (iniciativa)	828
5.1.1. Iniciativa privativa do Presidente da República	829
5.1.2. Iniciativa popular de lei	831
5.2. Fase Constitutiva: regime de tramitação, discussão, votação, sanção e veto	832
5.3. Fase Complementar	836
5.4. Sistematização do processo legislativo ordinário	838
5.5. Especificidades das Leis (Ordinárias) Orçamentárias e Financeiras	839
6. Processo Legislativo Sumário: Regime Constitucional de Urgência	839
6.1. Regime de Urgência Legislativo?	840
7. Processo legislativo das Leis Complementares	840
8. Processo legislativo das Leis Delegadas	843
9. Processo legislativo das Medidas Provisórias	846
9.1. Conceito	846
9.2. Pressupostos constitucionais legitimadores	846
9.3. Prazo de vigência	847
9.4. Limites materiais à edição	847
9.5. Procedimento de tramitação	849
9.6. Regime de Urgência nas Medidas Provisórias	850
9.7. A rejeição das Medidas Provisórias e seus efeitos	850
9.8. Revogação	851
9.9. Vedação à reedição de Medidas Provisórias	851
9.10. Controle de constitucionalidade das Medidas Provisórias	852

9.11. Medidas Provisórias Estaduais e Municipais	852
9.12. Diferenças do regime das Medidas Provisórias antes e depois da EC nº 32/2001	852
9.13. Diferenças entre a Medida Provisória e o antigo Decreto-Lei utilizado pelas ditaduras	853
10. Processo legislativo dos Decretos Legislativos	854
11. Processo legislativo das Resoluções	855
12. Processo legislativo das Emendas à Constituição	856
13. Processo de incorporação de tratados internacionais	857
14. Quadro Sinóptico	859

CAPÍTULO XVIII – PODER EXECUTIVO 873

1. Introdução	873
2. Estruturas Organizacionais	874
3. Presidencialismo	874
4. Presidente da República	876
4.1. Requisitos para o cargo	876
4.2. Modo de investidura: eleição, sistema eleitoral, mandato e posse	876
4.3. Impedimento e Vacância: a linha de substituição e sucessão do Presidente	878
4.4. Licença	880
4.5. Atribuições do Presidente da República	880
5. Vice-Presidente da República	884
5.1. Requisitos para o cargo	884
5.2. Modo de investidura	885
5.3. Atribuições do Vice-Presidente da República	885
6. Ministros de Estado	885
6.1. Requisitos para o cargo	885
6.2. Modo de investidura	886
6.3. Atribuições dos Ministros de Estado	886
6.4. Prerrogativa de foro	886
7. Conselho da República e Conselho da Defesa	887
7.1. Conselho da República	887
7.2. Conselho da Defesa	888
8. Governadores e Prefeitos	888

8.1.	Governadores	888
8.1.1.	Requisitos para o cargo	888
8.1.2.	Modo de investidura	889
8.1.3.	Dupla vacância e eleição indireta dos demais Chefes do Poder Executivo	889
8.2.	Prefeitos	890
8.2.1.	Requisitos para o cargo	890
8.2.2.	Modo de investidura	890
9.	Imunidades	890
9.1.	Imunidades do Presidente da República	891
9.2.	Imunidades dos Governadores e dos Prefeitos	891
9.3.	Depoimento dos Chefes do Poder Executivo como Testemunhas e como Réus	892
10.	Crimes de Responsabilidade	892
10.1.	Crimes de Responsabilidade do Presidente da República	893
10.1.1.	Procedimento de Apuração de Crimes de Responsabilidade do Presidente da República	893
10.1.2.	Sanções impostas ao Presidente pela condenação por crime de responsabilidade	895
11.	Crimes comuns do Presidente da República	896
11.1.	Procedimento de apuração de crimes comuns do Presidente da República	896
12.	Crimes comuns e de responsabilidade dos Governadores: imunidades, prerrogativa de foro e sanções	897
13.	Crimes comuns e de responsabilidade dos Prefeitos: imunidades, prerrogativa de foro e sanções	900
14.	Sistematização: competência para julgamento dos chefes do Poder Executivo	902
15.	Perda do Mandato do Presidente da República	902
16.	Perda do Mandato dos Governadores e dos Prefeitos	902
17.	Quadro Sinóptico	903

CAPÍTULO XIX – PODER JUDICIÁRIO 909

1.	Introdução	909
2.	Organização do Poder Judiciário	911
2.1.	Estrutura Orgânica	911
2.2.	Justiça Comum e Justiça Especial	912
2.3.	Graus e Instâncias de Jurisdição	912

2.4.	Funções nomofilática e dikelógica dos Tribunais Superiores	913
3.	Disposições Gerais (art. 93, da CF/88)	914
3.1.	Ingresso na carreira	914
3.2.	Promoção	915
3.3.	Subsídio	916
3.4.	Aposentadoria	917
3.5.	Domicílio, remoção, permuta e disponibilidade	917
3.6.	Publicidade e motivação das decisões	918
3.7.	Órgão Especial	918
3.8.	Regras atinentes à atividade jurisdicional	918
4.	Garantias do Poder Judiciário	919
4.1.	Garantias Institucionais	919
4.1.1.	Garantias de Autonomia Organizacional e Administrativa	919
4.1.2.	Garantias de Autonomia Financeira	920
4.2.	Garantias Funcionais	921
4.3.	Vedações aos magistrados	921
4.4.	Prerrogativa de Foro	922
5.	Quinto constitucional	923
6.	Cláusula de reserva de plenário	926
7.	Conselho Nacional de Justiça	927
7.1.	Composição	927
7.2.	Competências	928
7.3.	Controle judicial da atuação do CNJ	930
8.	Supremo Tribunal Federal	930
8.1.	Composição	931
8.2.	Competências	932
8.2.1.	Competências Originárias	932
8.2.2.	Competências Recursais Ordinárias	939
8.2.3.	Competências Recursais Extraordinárias	939
8.2.4.	Competência para promover Inquérito de Ofício? Da (in)constitucionalidade do Inquérito das Fakenews	944
9.	Súmulas Vinculantes	946
9.1.	Conceito	946
9.2.	Competência	948
9.3.	Pressupostos	948

9.4.	Objeto	948
9.5.	O efeito vinculante	949
9.6.	Legitimidade para propor a edição, a revisão e o cancelamento de Súmula Vinculante	950
9.7.	Reclamação Constitucional e o descumprimento ou inobservância da Súmula Vinculante	951
10.	Superior Tribunal de Justiça	951
10.1.	Composição	951
10.2.	Competências	953
10.2.1.	Competências Originárias	953
10.2.2.	Competências Recursais Ordinárias	953
10.2.3.	Competências Recursais Especiais	954
11.	Justiça do Trabalho	955
11.1.	Tribunal Superior do Trabalho	955
11.2.	Tribunais Regionais do Trabalho	956
11.3.	Juízes do Trabalho	956
11.4.	Competências	956
12.	Justiça Eleitoral	958
12.1.	Tribunal Superior Eleitoral	959
12.2.	Tribunais Regionais Eleitorais	959
12.3.	Juízes eleitorais e juntas eleitorais	960
12.4.	Competências	960
13.	Justiça Militar	961
14.	Justiça Federal	961
14.1.	Tribunais Regionais Federais	961
14.2.	Juízes Federais	962
15.	Justiça Estadual	965
15.1.	Justiça Militar Estadual	966
16.	Juizados Especiais	966
17.	Justiça de Paz	967
18.	Regime de Precatórios	967
19.	Cartórios: serviços notariais e registrais	968
20.	Quadro Sinóptico	968

CAPÍTULO XX – FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA	975
1. Introdução	975
2. Ministério Público	975
2.1. Histórico, Definição e Natureza	975
2.2. Princípios Institucionais	977
2.3. Ingresso na Carreira	979
2.4. Garantias dos membros do Ministério Público	980
2.4.1. Garantias Institucionais	980
2.4.2. Garantias Funcionais	981
2.4.3. Vedações aos membros do Ministério Público	981
2.4.4. Prerrogativa de assento à direita dos juízes	982
2.5. Organização e composição do Ministério Público	983
2.5.1. Ministério Público Eleitoral	984
2.5.2. Conflitos de Atribuições	985
2.6. Procurador Geral da República	987
2.7. Procurador Geral de Justiça	988
2.8. Prerrogativa de Foro	989
2.9. Funções Institucionais do Ministério Público	990
2.9.1. Poder de Investigação Criminal Própria	993
2.10. Conselho Nacional do Ministério Público	994
2.10.1. Composição	994
2.10.2. Competências	995
2.10.3. Controle judicial da atuação do CNMP	997
2.11. Ministério Público nos Tribunais de Contas	998
3. Advocacia Pública	998
3.1. Advocacia Geral da União	1000
3.1.1. Organização da Advocacia Geral da União: carreiras da advocacia pública federal	1000
3.1.2. Membros da Advocacia Geral da União e Ingresso na Carreira	1001
3.1.3. Advogado Geral da União	1001
3.2. Procuradoria dos Estados e do Distrito Federal: regime jurídico constitucional	1002
3.2.1. Princípio da unicidade	1004
3.2.2. Procurador Geral do Estado	1006
3.3. Procuradoria dos Municípios	1006
4. Advocacia Privada	1008
4.1. Habilitação Profissional	1008

4.2.	Ordem dos Advogados do Brasil	1009
4.3.	Princípio da Indisponibilidade do Advogado	1011
4.4.	Princípio da Inviolabilidade do Advogado	1012
4.5.	Direitos do Advogado	1013
5.	Defensoria Pública	1015
5.1.	Organização das Defensorias Públicas	1016
5.1.1.	Defensor Público Geral	1017
5.2.	Autonomia Funcional e Administrativa	1018
5.3.	Princípios Institucionais	1020
5.4.	Garantias dos Defensores Públicos	1021
5.5.	Prerrogativas dos Defensores Públicos	1022
5.5.1	Poder de Requisição da Defensoria Pública	1023
5.6.	Vedações aos Defensores Públicos	1024
5.7.	Destinatários dos serviços da Defensoria Pública	1025
5.8.	Atuação da Defensoria Pública	1025
5.9.	Serviço Municipal de Prestação de Assistência Jurídica	1026
5.10	Advogado da Justiça Militar	1027
6.	Quadro Sinóptico	1027

CAPÍTULO XXI – DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS 1035

1.	Introdução: sistema constitucional de crises	1035
2.	Princípios Informadores	1036
3.	Estado de Defesa	1037
3.1.	Introdução	1037
3.2.	Hipóteses de decretação	1037
3.3.	Titularidade	1038
3.4.	Requisitos formais	1038
3.5.	Procedimento	1038
3.6.	Prazo de duração	1039
3.7.	Abrangência	1039
3.8.	Medidas coercitivas	1039
3.9.	Controle da medida	1040
4.	Estado de Sítio	1041
4.1.	Introdução	1041
4.2.	Hipóteses de decretação	1041
4.3.	Titularidade	1042

4.4.	Requisitos formais	1042
4.5.	Procedimento	1043
4.6.	Prazo de duração	1043
4.7.	Abrangência	1044
4.8.	Medidas coercitivas	1044
4.9.	Controle da medida	1045
5.	Forças Armadas	1046
5.1.	Normas gerais	1047
5.2.	Serviço Militar Obrigatório	1050
6.	Segurança Pública	1050
6.1.	Órgãos de Segurança Pública	1051
6.2.	Órgãos Federais	1052
6.3.	Órgãos Estaduais	1053
6.4.	Órgãos do Distrito Federal	1055
6.5.	Órgãos Municipais	1055
6.6.	Segurança viária	1056
6.7.	Proibição de greve	1057
6.8.	Redução da letalidade policial e controle judicial das violações aos direitos humanos pelas forças de segurança pública: "ADPF das Favelas"	1057
7.	Quadro Sinóptico	1059

TÍTULO V

ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

CAPÍTULO XXII – ORDEM ECONÔMICA	1069
1. Fundamentos e princípios da ordem econômica	1069
2. Atuação do Estado na Ordem Econômica	1073
3. Política Urbana	1077
4. Política Agrícola, Fundiária e Reforma Agrária	1079
5. Sistema Financeiro Nacional	1081
6. Quadro Sinóptico	1082
CAPÍTULO XXIII – ORDEM SOCIAL	1085
1. Introdução	1085
2. Seguridade Social	1085

2.1.	Objetivos	1085
2.2.	Financiamento e Orçamento	1087
3.	Saúde	1088
3.1.	Diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS)	1089
3.2.	Custeio do Sistema Único de Saúde	1091
3.3.	Assistência à saúde pela iniciativa privada	1091
3.4.	Competências do Sistema Único de Saúde	1092
3.5.	Judicialização da saúde e as principais decisões do STF e do STJ sobre o direito à saúde	1093
3.5.1.	Principais decisões relativas à pandemia da COVID-19	1095
3.5.2.	Vacinação Obrigatória	1097
4.	Previdência Social	1098
4.1.	Organização	1098
4.2.	Benefícios	1099
4.3.	Valor dos benefícios, cálculo, limites e reajuste	1100
4.4.	Previdência Privada	1101
5.	Assistência Social	1101
5.1.	Assistência Social Temporária Eleitoral: reconhecimento de estado de emergência decorrente da elevação dos preços do petróleo, combustíveis e seus derivados e medidas assistencialistas eleitoreiras	1103
6.	Educação	1103
6.1.	Princípios informadores do ensino	1104
6.2.	Efetivação do dever do Estado com a educação	1105
6.3.	O ensino pela iniciativa privada	1106
6.4.	Competência dos entes federados em relação ao ensino	1107
6.5.	Custeio da educação e aplicação dos recursos públicos na manutenção e desenvolvimento do ensino	1107
6.5.1.	FUNDEB: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação	1108
6.5.2.	Desresponsabilização pelo descumprimento, nos exercícios financeiros de 2020 e 2021, do mínimo constitucional na manutenção e desenvolvimento do ensino	1109
6.6.	Plano Nacional de Educação	1110
6.7.	Judicialização da educação e as principais decisões do STF e do STJ sobre o direito à educação	1110
7.	Cultura	1113
7.1.	Patrimônio cultural brasileiro	1114
7.2.	Plano Nacional de Cultura	1115

7.3. Sistema Nacional de Cultura	1115
8. Desporto	1116
8.1. Justiça Desportiva	1117
8.2. Direito ao lazer	1118
9. Ciência, Tecnologia e Inovação	1118
10. Comunicação Social	1119
10.1. Liberdade de informação jornalística	1119
10.2. Princípios regentes da produção e da programação das emissoras de rádio e televisão	1122
10.3. Propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens	1122
10.4. Concessão, permissão e autorização de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens	1122
11. Meio Ambiente	1123
11.1. Responsabilidade por danos ambientais	1124
11.2. Judicialização do meio ambiente e as principais decisões do STF e do STJ sobre o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado	1125
12. Família, Criança, Adolescente, Jovem e Idoso	1128
12.1. Família	1128
12.2. Criança, Adolescente e Jovem	1138
12.2.1. Inimputabilidade penal da criança e do adolescente	1140
12.3. Idoso	1143
13. Índios	1144
13.1. Princípio da proteção da identidade e o reconhecimento do direito à diferença	1144
13.2. O direito à terra indígena	1145
13.3. A defesa dos direitos e interesses indígenas em juízo	1147
14. Quadro Sinóptico	1148

TÍTULO VI

JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL

CAPÍTULO XXIV – CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	1157
1. Conceito	1157
2. Pressupostos	1157

3. Espécies (ou tipos) de inconstitucionalidade	1158
3.1. Inconstitucionalidade formal e material	1158
3.2. Inconstitucionalidade por ação e por omissão	1160
3.3. Inconstitucionalidade originária e superveniente	1161
3.4. Inconstitucionalidade total e parcial	1162
3.5. Inconstitucionalidade direta e indireta	1163
3.6. Inconstitucionalidade circunstancial	1164
3.7. Inconstitucionalidade por vício de decoro parlamentar	1164
4. Classificação do controle de constitucionalidade	1165
4.1. Quanto ao parâmetro do controle	1165
4.2. Quanto ao objeto do controle	1166
4.3. Quanto ao momento da realização do controle	1166
4.4. Quanto à natureza do órgão competente para o controle	1167
4.5. Quanto ao número de órgãos judiciais competentes para o controle	1167
4.6. Quanto à finalidade do controle do controle judicial	1168
4.7. Quanto ao modo de manifestação do controle judicial	1168
4.8. Quanto à supremacia do controle judicial	1168
5. Breve histórico dos modelos de controle de constitucionalidade	1169
5.1. O surgimento do controle de constitucionalidade moderno no sistema esta- dunidense (difuso) da <i>judicial review of legislation</i>	1170
5.2. O sistema austríaco (concentrado) de controle de constitucionalidade idealizado por Hans Kelsen	1173
5.3. O sistema francês (político) de controle de constitucionalidade e o Conselho Constitucional	1174
6. Evolução histórica do controle de constitucionalidade no Brasil	1175
6.1. Constituição de 1824	1175
6.2. Constituição de 1891	1175
6.3. Constituição de 1934	1176
6.4. Constituição de 1937	1176
6.5. Constituição de 1946	1176
6.6. Constituição de 1967	1177
6.7. Constituição de 1969 (Emenda Constitucional nº 1, de 1969)	1177
6.8. Constituição de 1988	1178
7. Controle Difuso de Constitucionalidade	1179
7.1. Parâmetro	1179
7.2. Objeto	1180

7.3.	Legitimidade	1180
7.4.	Competência	1181
7.5.	A inconstitucionalidade declarada pelos tribunais: procedimento e cláusula de reserva de plenário	1181
7.6.	Efeitos da Decisão	1184
7.6.1.	Efeitos temporais	1184
7.6.2.	Efeitos quanto ao aspecto subjetivo	1185
7.6.2.1.	A atuação do Senado Federal no controle difuso	1186
7.6.2.2.	A abstrativização (ou objetivação) dos efeitos no controle difuso: mutação constitucional?	1187
7.7.	Tipos de ação no controle difuso de constitucionalidade	1189
8.	Controle Concentrado de Constitucionalidade	1190
9.	Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI)	1191
9.1.	Conceito	1191
9.2.	Legitimidade ativa	1191
9.3.	Competência	1196
9.4.	Parâmetro constitucional	1196
9.5.	Objeto	1197
9.6.	Procedimento	1201
9.7.	Impedimento e Suspeição dos Ministros	1205
9.8.	Medida cautelar	1206
9.8.1.	Fundamentos	1206
9.8.2.	Procedimento	1206
9.8.3.	Efeitos	1206
9.9.	Julgamento	1207
9.9.1.	Quóruns	1207
9.9.2.	Recorribilidade	1208
9.9.3.	Momento inicial da produção de efeitos da decisão	1208
9.9.4.	Efeitos da decisão procedente da ADI	1208
9.9.4.1.	Efeitos temporais: efeitos <i>ex tunc</i> e modulação (manipulação) de efeitos	1209
9.9.4.2.	Oponibilidade dos efeitos: efeitos <i>erga omnes</i> e modulação (manipulação) de efeitos	1210
9.9.4.3.	Efeitos vinculantes	1210
9.9.4.4.	Efeitos normativos abstratos	1212
9.9.5.	Efeitos da decisão improcedente da ADI	1213
9.10.	Procedimento Diferenciado na ADI	1213
10.	Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC)	1214
10.1.	Conceito	1214
10.2.	Finalidade	1214

10.3.	Caráter dúplice (ou ambivalente) entre a ADI e a ADC	1215
10.4.	Legitimidade ativa	1215
10.5.	Competência	1215
10.6.	Parâmetro constitucional	1215
10.7.	Objeto	1216
10.8.	Procedimento	1217
10.9.	Medida cautelar	1218
10.9.1.	Fundamentos	1218
10.9.2.	Procedimento	1218
10.9.3.	Efeitos	1219
10.10.	Julgamento	1219
10.10.1.	Quóruns	1219
10.10.2.	Recorribilidade	1220
10.10.3.	Momento inicial da produção de efeitos da decisão	1220
10.10.4.	Efeitos da decisão da ADC	1220
10.10.5.	Modulação de efeitos da decisão da ADC	1220
11.	Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO)	1221
11.1.	Conceito	1221
11.2.	Legitimidade ativa	1221
11.3.	Competência	1221
11.4.	Parâmetro constitucional	1221
11.5.	Objeto	1222
11.6.	Espécies de ADO	1224
11.7.	Procedimento	1224
11.8.	Medida cautelar	1226
11.9.	Julgamento	1227
11.9.1.	Quóruns	1227
11.9.2.	Recorribilidade	1227
11.9.3.	Momento inicial da produção de efeitos da decisão	1227
11.9.4.	Efeitos da decisão da ADO	1227
12.	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF)	1229
12.1.	Conceito	1229
12.2.	Legitimidade ativa	1230
12.3.	Competência	1230
12.4.	Espécies de ADPF	1230
12.5.	Parâmetro constitucional	1231
12.6.	Objeto	1232
12.7.	Princípio da Subsidiariedade da ADPF	1234
12.8.	Procedimento	1236

12.9. Medida liminar	1237
12.10. Julgamento	1238
12.10.1. Quóruns	1238
12.10.2. Recorribilidade	1239
12.10.3. Momento inicial da produção de efeitos da decisão	1239
12.10.4. Efeitos da decisão da ADPF	1239
12.10.5. Modulação de efeitos da decisão da ADPF	1239
12.11. Celebração de acordo em processo de ADPF	1240
13. Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva (ADI Interventiva)	1241
13.1. Conceito	1241
13.2. Finalidade	1241
13.3. Legitimidade	1241
13.4. Competência	1242
13.5. Parâmetro constitucional	1242
13.6. Objeto	1242
13.7. Procedimento	1243
13.8. Medida cautelar	1244
13.9. Julgamento	1244
13.9.1. Quóruns	1244
13.9.2. Recorribilidade	1245
13.9.3. Publicação da decisão da ADI Interventiva	1245
13.9.4. Efeitos da decisão da ADI Interventiva	1245
14. Controle de Constitucionalidade Estadual	1245
14.1. Controle Difuso de Constitucionalidade Estadual	1246
14.2. Controle Concentrado de Constitucionalidade Estadual	1246
14.2.1. Legitimidade	1246
14.2.2. Competência	1247
14.2.3. Objeto	1247
14.2.4. Parâmetro constitucional	1247
14.2.4.1. A Constituição Estadual como parâmetro	1248
14.2.4.2. A Constituição Federal como parâmetro	1248
14.2.4.3. A relação entre o parâmetro e o cabimento de Recurso Extraordinário contra decisões do TJ em controle concentrado de constitucionalidade estadual	1249
14.2.4.4. A relação entre o parâmetro e o cabimento simultâneo de ações de controle concentrado de constitucionalidade estadual e federal	1251
14.2.4.5. Leis Orgânicas dos Municípios como parâmetro de controle de constitucionalidade estadual concentrado pelo TJ?	1252

14.2.5. Efeitos da decisão em ação de controle concentrado de constitucionalidade estadual	1252
14.2.6. Ações de Controle concentrado estadual	1253
15. Controle de Convencionalidade	1253
15.1. O pressuposto da discussão: Breve análise sobre a hierarquia dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos (TIDH)	1253
15.2. Uma introdução ao controle de convencionalidade: conceito e classificação	1255
15.3. Controle de convencionalidade externo e interno (difuso e concentrado): aplicação da teoria ao caso brasileiro	1257
15.4. Controle de convencionalidade, possíveis conflitos entre normas da Constituição e normas de TIDH e o princípio <i>pro homine</i>	1261
16. Quadro Sinóptico	1265

CAPÍTULO XXV – AÇÕES CONSTITUCIONAIS 1281

1. Introdução	1281
2. <i>Habeas corpus</i>	1281
2.1. Notas históricas	1281
2.2. Conceito	1282
2.3. Natureza jurídica	1282
2.4. Finalidade	1282
2.5. Notas terminológicas	1283
2.6. Espécies	1283
2.6.1. <i>Habeas corpus</i> coletivo	1284
2.7. Cabimento	1284
2.7.1. <i>Habeas Corpus</i> Cível	1288
2.8. Legitimidade Ativa	1288
2.9. Legitimidade Passiva	1289
2.10. Competência	1290
2.11. Sistema Recursal	1292
2.12. Procedimento	1292
2.13. Liminar	1294
2.14. Decisão	1294
3. <i>Habeas data</i>	1295
3.1. Conceito	1295
3.2. Cabimento	1295
3.3. Legitimidade Ativa	1297
3.4. Legitimidade Passiva	1298
3.5. Competência	1298

3.6.	Procedimento	1300
3.7.	Liminar	1301
3.8.	Decisão, Efeitos e Recursos	1301
4.	Mandado de Segurança	1302
4.1.	Conceito	1302
4.2.	Espécies	1302
4.3.	Requisitos	1302
4.3.1.	Direito Líquido e Certo	1304
4.4.	Cabimento	1305
4.5.	Legitimidade Ativa	1307
4.6.	Legitimidade Passiva	1309
4.7.	Competência	1310
4.8.	Prazo para impetração do Mandado de Segurança	1314
4.9.	Procedimento	1315
4.10.	Liminar	1317
4.11.	Decisão, Efeitos e Recursos	1318
5.	Mandado de Segurança Coletivo	1320
5.1.	Conceito	1320
5.2.	Finalidades	1320
5.3.	Objeto de proteção	1321
5.4.	Espécies	1322
5.5.	Requisitos	1322
5.6.	Cabimento	1323
5.7.	Legitimidade Ativa	1323
5.8.	Legitimidade Passiva	1324
5.9.	Competência	1324
5.10.	Prazo para impetração do Mandado de Segurança Coletivo	1324
5.11.	Procedimento	1324
5.12.	Liminar	1325
5.13.	Decisão, Efeitos e Recursos	1325
6.	Mandado de Injunção	1326
6.1.	Conceito	1326
6.2.	Finalidades	1326
6.3.	Espécies	1327
6.4.	Requisitos	1327
6.5.	Cabimento	1329
6.6.	Legitimidade Ativa	1330
6.7.	Legitimidade Passiva	1331
6.8.	Competência	1332

6.9.	Procedimento	1334
6.10.	Liminar	1335
6.11.	Decisão, Efeitos e Recursos	1335
7.	Ação Popular	1339
7.1.	Notas históricas	1339
7.2.	Conceito	1339
7.3.	Espécies	1339
7.4.	Requisitos	1339
7.5.	Cabimento	1341
7.6.	Legitimidade Ativa	1342
7.7.	Legitimidade Passiva	1343
7.8.	Competência	1344
7.9.	Procedimento	1344
7.9.1.	Prazo para impetração da Ação Popular	1345
7.9.2.	Liminar	1345
7.9.3.	Atuação do Ministério Público	1345
7.10.	Decisão, Efeitos e Recursos	1346
8.	Reclamação	1347
8.1.	Conceito	1347
8.2.	Natureza Jurídica	1347
8.3.	Finalidades	1348
8.4.	Objeto	1349
8.5.	Hipóteses de cabimento	1349
8.5.1.	Para preservar a competência do Tribunal	1350
8.5.2.	Para garantir a autoridade das decisões do Tribunal	1350
8.5.3.	Para garantir a observância de súmula vinculante do STF	1351
8.5.4.	Para garantir a observância de decisão do STF em controle concen- trado de constitucionalidade	1351
8.5.5.	Para garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência	1352
8.6.	Legitimidade Ativa	1352
8.7.	Legitimidade Passiva	1352
8.8.	Competência	1352
8.9.	Procedimento	1353
8.10.	Tutela Provisória de Urgência	1353
8.11.	Decisão e efeitos	1353
9.	Quadro Sinóptico	1354